

Mulheres que migram solteiras: *aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981/1991*

Maria de Fátima Guedes Chaves

Como citar: CHAVES, M. de F. G. Mulheres que migram solteiras:
aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981/1991

In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C. BAENINGER, R. (org).

Migrações: *Implicações passadas, presentes e futuras.* Marília:
Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.
147-164.

DOI: [https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3.p.
147-164.](https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3.p.147-164)



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MULHERES QUE MIGRAM SOLTEIRAS: ASPECTOS DA MIGRAÇÃO INTERNA FEMININA NO BRASIL, 1981/1991¹

Maria de Fátima Guedes Chaves²

INTRODUÇÃO

Muito se sabe sobre migração no Brasil, entretanto pouco é conhecido quanto ao aspecto feminino dos deslocamentos populacionais internos. Mesmo hoje, o país reconfigurado econômica e socialmente, ainda não é muito destacada a relação mulher e migração, embora a presença feminina nos fluxos migratórios seja intensa. Analisando as razões de sexo para os fluxos migratórios realizados no país, no período 1981/1991, este trabalho confirma a importância quantitativa das mulheres nos deslocamentos internos e avança na tentativa de desvendar um perfil dessas

¹ Este texto é uma versão parcial e simplificada da tese de doutorado da própria autora “Mulheres Migrantes: Senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991”.

² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da FACAMP e pesquisadora do NEPO/UNICAMP no Projeto Temático Fapesp: Observatório das Migrações em São Paulo. Email: fachaves@uol.com.br

mulheres para além da visão tradicional de migração associativa realizada com fins de agregação familiar.

Num período de intensas mudanças estruturais como experimentava o país na década de 1980, suas consequências não poderiam deixar de se refletir nos processos migratórios. A queda nos níveis de fecundidade, a intensa urbanização, o aumento nos níveis de escolaridade e a incorporação de novos papéis sociais por parte das mulheres (BRUSCHINI, 1998) deram margem a inferências sobre a participação da mulher nos processos migratórios em busca de trabalho, de aprimoramento da escolaridade e de aperfeiçoamento profissional.

Com esse pano de fundo, procurou-se desvendar um perfil dessas mulheres ainda não analisado nos estudos migratórios no país, buscando avaliar características que dessem maior visibilidade e concretude à migração feminina.

Uma combinação de variáveis do censo de 1991 permitiu uma visão particular da migração ao possibilitar a descrição desses deslocamentos a partir do estado civil do migrante. É sob essa ótica específica, só passível de análise nesse censo demográfico, que trata este trabalho: uma análise dos migrantes que se deslocaram solteiros, abrangendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

METODOLOGIA

Incorporando as transformações da sociedade refletidas nas estatísticas que mostram números crescentes sobre divórcios e separações, as perguntas sobre as idades ao “contrair a primeira união” (Var 3311) e do início da “situação conjugal atual” (Var 3312) foram introduzidas no questionário da amostra, no Censo de 1991, para pessoas de 10 anos e mais que responderam viver ou ter vivido em companhia de cônjuge, esposo ou companheiro (Var 0330).

Este trabalho usa essas informações coletadas sobre nupcialidade, combinadas com outras informações do tema migração presentes no questionário. Essa combinação possibilitou maior aprofundamento no estudo das migrações ao permitir estruturar a base de dados para essa

análise por meio da criação de variáveis, as quais possibilitaram identificar o estado conjugal dos migrantes no período da migração.

De posse das informações sobre “situação conjugal atual”, “idades ao contrair a primeira união e ao atingir a situação conjugal atual” (isto é, a vigente na época do censo) e combinando-as com a “idade ao migrar”, esta última criada a partir das informações sobre o “tempo de residência no município” e “idade do indivíduo à época do censo”, foi possível construir a variável “estado conjugal ao migrar”³. Essa abordagem possibilitou relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo vital que, de acordo Bruschini (1998), interferem com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas, e se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina.

Com tal estratégia, foi possível verificar, segundo o estado conjugal ao migrar, como se inseriam as migrantes, ou seja, se eram filhas, cônjuges, parentes e outras possibilidades de relações domiciliares contempladas no censo demográfico. Assim, se compôs um panorama demográfico que permitiu, às vezes com maiores, à vezes com menores limitações, inferir indícios de migração individual ou autônoma e de migração familiar.

As análises seguintes, nas quais se verifica a inserção dos migrantes no domicílio a partir do estado conjugal ao migrar, referem-se às categorias nas quais o estado conjugal pôde ser perfeitamente definido, resultando em 77% dos migrantes com mais de 15 anos de idade no Rio de Janeiro, 81,2% em São Paulo e 76,2% em Pernambuco.

Sendo os solteiros o maior contingente migratório e, principalmente, sendo essa a única dentre as categorias criadas que possibilita a verificação de alteração do estado conjugal depois da migração, é esse grupo o foco desse trabalho, uma vez que possibilita maior riqueza e profundidade de análise.

³ Para maiores detalhes, ver Chaves (2009).

PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA MIGRAÇÃO

A razão de sexo⁴ para o total da população brasileira não apresenta diferença significativa por condição migratória, pois os valores inferiores a 100 indicam, para as populações migrante e não migrante, um predomínio feminino (Tabela 1). Entretanto a seletividade por sexo, à primeira vista encoberta, apresenta-se na desagregação dessas informações por grandes grupos etários. Como se pode perceber, o comportamento diferenciado da razão de sexo dá-se especialmente quando se tomam as faixas etárias centrais como referência: na população não migrante, ela reflete o comportamento da mortalidade diferencial por sexo, onde a sobremortalidade masculina se manifesta através da redução de seu valor à medida que a população envelhece; na população migrante, a intensa presença feminina nos fluxos migratórios realizados pela população mais jovem (15-24 anos) não só se atenua como dá lugar ao predomínio masculino a partir dos 35 anos. Além disso, como a participação das idades adultas jovens (15-34 anos) é maior na população migrante do que não migrante (colunas 4 e 5 da Tabela 1), tem-se assim confirmada a presença mais forte da mulher nas faixas etárias em que a migração é mais intensa.

TABELA 1 - Razão de sexo e distribuição etária por condição migratória. Brasil, 1991

Faixas etárias**	Razão de sexo		Distribuição etária	
	Não Migrante	Migrante*	Não Migrante	Migrante*
0-14	102,4	100,6	34,7	29,0
15-24	98,4	85,4	19,5	24,1
25-34	95,6	94,2	16,1	22,2
35-49	95,7	108,5	16,0	16,0
50 ou mais	88,9	100,2	13,7	8,7
TOTAL	97,5	96,4	146.825.475	26.854.068

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

*tempo de residência no município menor que 10 anos. ** idade à época do levantamento censitário.

A especificidade da migração feminina do ponto de vista de sua intensidade nas idades mais jovens pode, *grosso modo*, ser pensada como decorrente de dois aspectos ou da combinação entre eles. Primeiramente e sob a ótica dos arranjos familiares, além de migrarem na condição de filhas,

⁴ Relação entre o total de migrantes do sexo masculino e o total do sexo feminino (x 100).

há também, engrossando esse contingente, as esposas de migrantes em estágios iniciais do ciclo de vida conjugal. Dado o padrão de nupcialidade no Brasil, seriam mais jovens que seus maridos, parte destes classificados no grupo etário subsequente (BERQUÓ et al., 1990).

Em segundo lugar e conforme a perspectiva do mercado de trabalho, um dos principais aspectos a favorecer tal migração é a possibilidade de conseguir emprego nos serviços domésticos nos centros urbanos⁵ (BAENINGER, 1998; MELO, 1998). A classificação aqui considerada implica que a empregada doméstica reside no local de trabalho. Será visto mais adiante que este tipo de inserção domiciliar tem peso importante nas sedes das Regiões Metropolitanas, locais onde reside grande número de famílias de maior poder aquisitivo e com maior demanda por esse tipo de serviço. Há, porém, que se levar em consideração que as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho têm-se ampliado bastante (BRUSCHINI, 1998). Embora as informações de Baeninger (1998) pareçam sustentar a hipótese da importância do emprego doméstico como fator de atração, vale lembrar que seus dados referem-se a uma faixa etária específica e que, eventualmente, as melhores oportunidades de trabalho para uma população mais qualificada correspondem a idades um pouco mais elevadas.

Apesar da tabela 1 não fazer distinção entre os vários movimentos migratórios, sua principal referência são os deslocamentos entre áreas urbanas, responsáveis por 61% dos movimentos realizados no Brasil, nos anos 80 (PATARRA et al., 2000). O predomínio das migrações tipo urbano-urbano, uma das tendências no processo de redistribuição da população brasileira apontadas pelo Censo Demográfico de 1991⁶, constitui o pano de fundo da análise da migração feminina no Brasil. Outras características desse processo, como a consolidação da migração intrametropolitana, o aumento dos movimentos migratórios intrarregionais e de curta distância e mesmo a concentração das migrações interestaduais de longa distância

⁵ Baeninger (1998), em estudo sobre a participação dos jovens nos movimentos migratórios, além de ressaltar a maior presença feminina (56% do total da migração jovem) para todas as regiões brasileiras, considera outro diferencial importante por condição migratória, dado pela inserção das migrantes no domicílio na condição de empregada doméstica, de 7% contra pouco mais de 1% para as não migrantes.

⁶ Para análises mais detalhadas sobre as tendências recentes da migração brasileira, ver Pacheco e Patarra (1997), Baeninger (2000), Patarra et al. (2000), Cunha e Baeninger (2000).

no eixo nordeste-sudeste, também, dão suporte à facilitação da migração feminina.

As dimensões do país, seus contrastes e seu volume populacional geram uma mobilidade espacial da população que, além de intensa, é diversificada em sua tipologia. Deste ponto de vista, a razão de sexo geral para a migração, como toda medida agregada, encobre uma série de variações. Os dados da tabela 2 retratam o comportamento diferenciado da razão de sexo por tipo de movimento, numa primeira aproximação das distâncias percorridas pelos migrantes (Tabela 2).

TABELA 2 - Razão de sexo por modalidade migratória. Brasil, 1991

<i>Faixas Etárias</i>	<i>Migração</i>	
	Interestadual	Intraestadual
0 – 14	100,6	97,8
15 – 24	92,6	81,1
25 – 34	100,9	89,2
35 – 49	112,1	105,2
50 e mais	103,6	97,9
Total	100,4	92,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

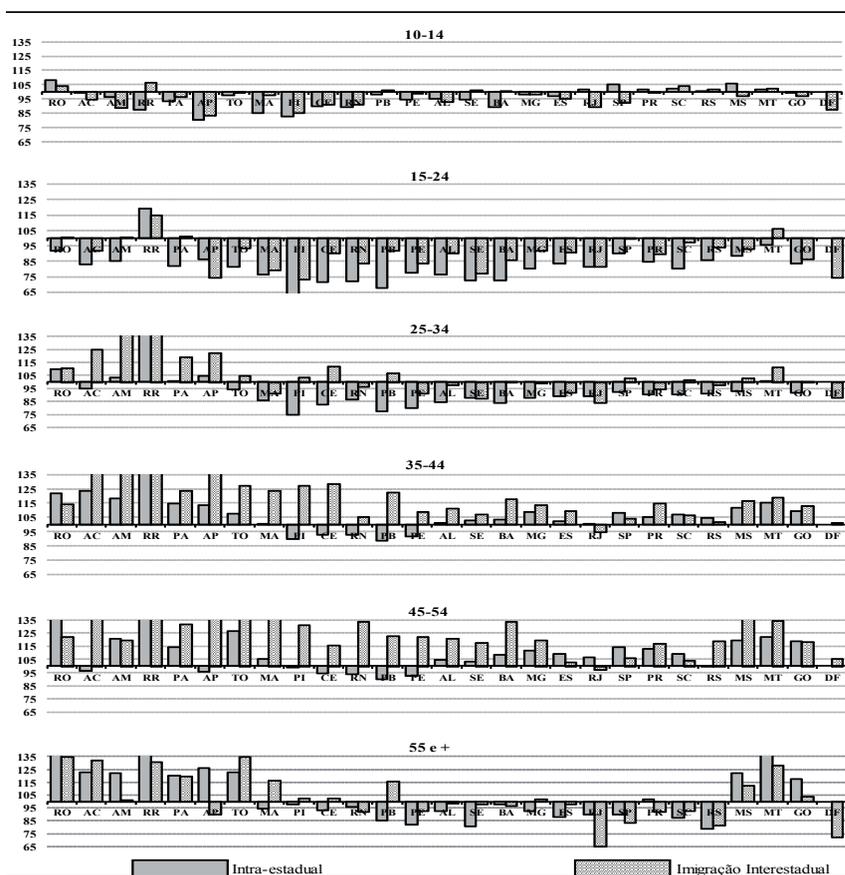
“As mulheres migram mais que os homens”: uma das famosas leis de Ravenstein mostra-se aqui reforçada, ao menos para a população jovem, uma vez que, nas idades de 15 a 24 anos, o número de mulheres supera o de homens, independentemente do movimento considerado. Outra evidência empírica que pode ser constatada na tabela 2 é a redução relativa da presença masculina, para todas as faixas etárias, quando se passa da migração interestadual para a intraestadual.

Essas características podem ser observadas com maiores detalhes no gráfico seguinte, onde se percebem alguns comportamentos específicos no diferencial por sexo dos migrantes em relação às faixas etárias, Unidades da Federação e tipo de migração realizada (Gráfico 1). Fica patente a participação feminina, intensa e generalizada nas idades adultas jovens, além de predominar também nas idades entre 24-35 anos, nos movimentos

intraestaduais e na imigração para os estados do nordeste e sudeste. Chama atenção o estado do Rio de Janeiro para onde predominam as mulheres na migração oriunda de outras Unidades da Federação, independentemente da faixa etária considerada.

Além de chamar a atenção para os diferenciais da razão de sexo no comportamento migratório, as observações supramencionadas remetem à reflexão sobre a importância do estudo da migração vinculado às perspectivas de ciclo vital e diferentes contextos de origem e destino.

GRÁFICO 1 - Razão de sexo para migração intraestadual e imigração interestadual por faixa etária e Unidades da Federação, 1991

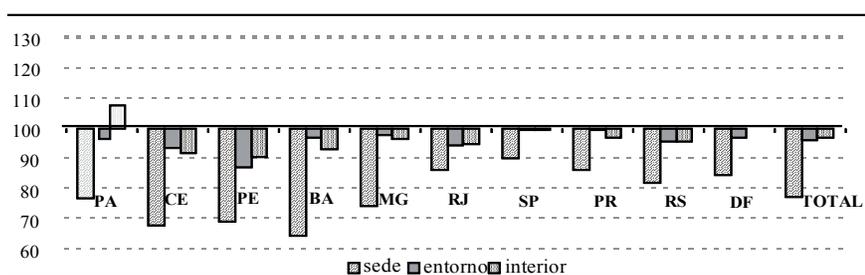


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Mais uma vez se evidencia que os constrangimentos que envolvem a decisão de migração a longa distância tendem a ser distintos daqueles que envolvem a migração de curta distância. Estes últimos são supostamente mais fáceis de serem superados pelas mulheres, particularmente aquelas que migram de forma autônoma em estágios iniciais de seu ciclo vital. Desse ponto de vista, a migração estaria mais vinculada à busca de maiores oportunidades no mercado de trabalho, melhor qualificação e aumento da escolaridade. Tal hipótese ratifica-se na migração intraestadual, nas idades entre 15 e 34, que é composta, em sua maioria, por mulheres⁷ (Tabela 2). Parte dessa seletividade pode ser explicada pela migração para as áreas metropolitanas, especialmente para suas sedes, onde esse fenômeno é bastante acentuado⁸ (BAENINGER, 1998; MELO, 1998).

A decomposição das razões de sexo na migração intraestadual, retratada no gráfico 2, para os estados que, na década de 1980, possuíam Regiões Metropolitanas, confirma que a predominância feminina, presente em quase todos os fluxos, varia em intensidade segundo o destino, sendo nos movimentos com destino a suas capitais aqueles nos quais ela atinge seu grau maior. Assim também acontece, como se verá mais à frente, com os movimentos interestaduais com destino às Regiões Metropolitanas: as menores razões de sexo dizem respeito aos deslocamentos que se dirigem às suas sedes.

GRÁFICO 2 - Razão de sexo para a migração intraestadual por área de destino – Estados Seleccionados, 1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

⁷ Segundo Bilsborrow (1993, p.3), encontra-se uma proporção maior de mulheres nos deslocamentos menores: "A prática de definir migração interna somente entre mudanças de residência entre unidades geográficas relativamente grandes (estados ou províncias) pode gerar uma sub-representação da migração feminina, pois a proporção de mulheres migrantes entre unidades geográficas menores (municípios ou distritos) tende a ser maior que as de migrantes entre áreas geográficas maiores".

⁸ De acordo com Baeninger (1998), a presença da migração feminina nos núcleos das Regiões Metropolitanas corresponde a mais da metade da migração jovem.

Todas essas razões justificam um conhecimento mais aprofundado a respeito da migração feminina. Com esse intuito, para que esses movimentos possam ser dimensionados com mais clareza, na análise a seguir, utilizou-se a variável “estado conjugal ao migrar”.

CARACTERÍSTICAS DA MIGRAÇÃO FEMININA

Para as três áreas consideradas, a maior parcela da população migrante de 15 anos e mais⁹ compõe-se de indivíduos que se deslocaram solteiros (Tabela 3). Para eles, a juventude, um dos aspectos mais característicos da seletividade migratória, explica, na lógica do ciclo vital, o fato de serem, sobretudo, filhos (Gráfico 3).

TABELA 3 - Situação conjugal ao migrar¹⁰, por sexo e área de destino. Estados Seleccionados, 1991

Unidades da Federação	Sexo	Estado Conjugal				
		Solteiro	Casado	Separado	Viúvo	
Rio de Janeiro	Homens	56,9	42,1	0,9	0,1	351.616
	Mulheres	52,3	44,0	2,7	1,0	375.022
	Total	54,5	43,1	1,8	0,6	726.637
São Paulo	Homens	53,5	45,2	0,8	0,5	1.818.131
	Mulheres	47,0	48,2	2,0	2,7	1.762.894
	Total	50,3	46,7	1,4	1,6	3.581.025
Pernambuco	Homens	50,0	48,7	0,8	0,4	290.552
	Mulheres	49,1	44,9	2,6	3,4	316.929
	Total	49,6	46,7	1,7	2,0	607.481

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Por questões metodológicas, esta é a única categoria em que é possível verificar as mudanças no estado conjugal durante o tempo decorrido, entre as datas da migração e do censo. Como a inserção

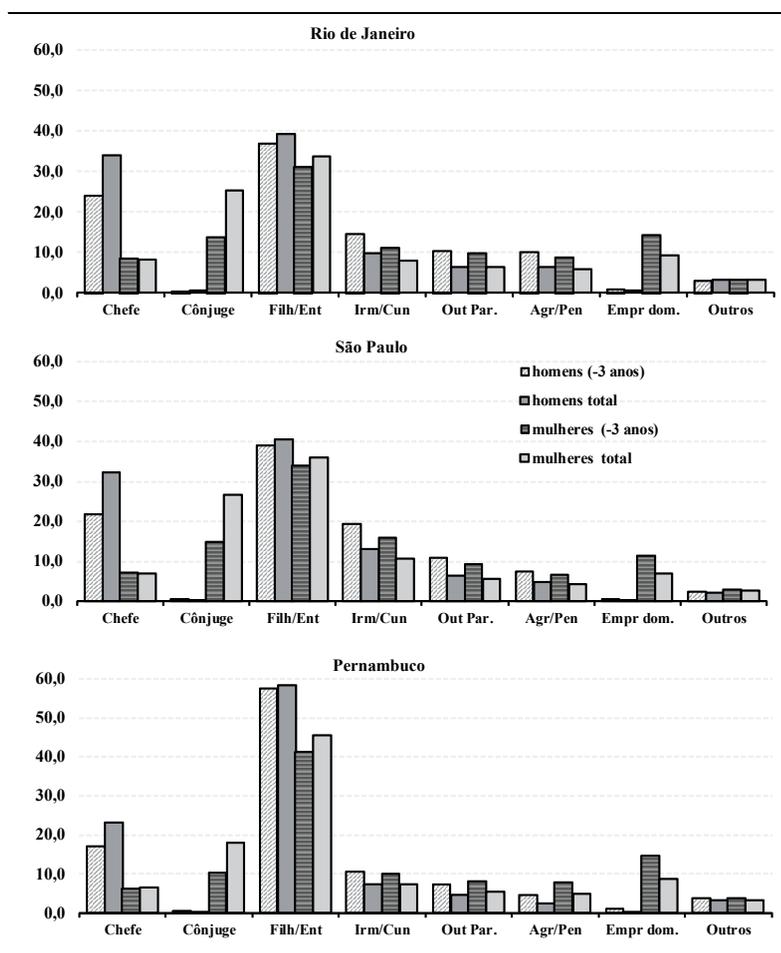
⁹ Como a população das faixas etárias precedentes se constitui majoritariamente de indivíduos solteiros, optou-se por trabalhar com a população de 15 anos e mais. A participação da faixa etária 10-15 anos dentre os migrantes de 10 anos e mais foi de 20,5% no Rio de Janeiro, 13% em São Paulo e 16% em Pernambuco. Como a idade registrada é a da ocasião do censo, esses migrantes seriam ainda mais jovens no momento da migração, colaborando para inflar a quantidade de migrantes solteiros.

¹⁰ Levando-se em conta que as questões referentes às restrições ou às oportunidades para migrar estão relacionadas ao mercado de trabalho, estudo e acompanhamento familiar, serão utilizadas daqui para frente apenas as idades entre 15 e 54 anos, que incorporam as idades produtivas e reprodutivas.

no domicílio refere-se à posição atual e não à da época da migração, encontramos cônjuges nessa categoria, mulheres em sua maioria: seriam aquelas que, tendo migrado solteiras, casaram-se após o deslocamento.

Com o intuito de minimizar a influência do tempo na condição domiciliar no local de destino, a mesma análise foi realizada tomando apenas os migrantes solteiros com menos de três anos de residência no município (em torno de 40% dos solteiros da década).

GRÁFICO 3 - Solteiros ao migrar (totais e recentes) por sexo e condição no domicílio*. Estados Selecionados



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial. * No momento do recenseamento.

Como se observa no Gráfico 3, esse corte temporal mostra que parentes, agregados e empregados residentes no domicílio reduzem sua participação à medida que aumenta seu tempo de residência no local de destino. São inserções que revelam dependência relativa e temporária, pressupondo alterações nas condições de vida com o passar do tempo e têm o domicílio como apoio inicial na condição de migrante. O fato é que o crescimento da permanência no novo local de residência traz mais possibilidades de conhecimentos, de trabalho e também maiores chances de eventuais uniões. Com isso, os atores mencionados alterariam sua posição no domicílio, eventualmente passando a cônjuges e explicando, ao se centrar a análise apenas nas mulheres, a elevação dessa condição de patamares entre 10 e 15% dentre as migrantes solteiras recentes para 18 e 27% no total das migrantes solteiras (Gráfico 3).

Do mesmo modo, o emprego doméstico com residência no domicílio mostra-se uma forma possível de sobrevivência – ao menos inicialmente – para as mulheres que migraram solteiras: na migração mais recente, isto é, com menos de três anos de residência no município, a proporção daquelas que se inserem como empregadas domésticas é pelo menos cinco pontos percentuais mais elevada do que a registrada para todo o período (Gráfico 3). A redução que se observa com o passar do tempo indica alteração, ou do estado conjugal - quando essas mulheres passam a cônjuges -, ou na inserção no domicílio, no que elas passariam, por exemplo, a chefes. Neste caso, estariam aquelas que, embora ainda ocupadas no serviço doméstico - e este pode inclusive ser o mesmo local de quando chegaram -, passam a residir em outro domicílio que não o que trabalham e, portanto, têm alterada sua relação com o chefe.

Uma observação bastante interessante é a constância na proporção de mulheres que migram solteiras, no total e recentes, e se reportam na condição de chefia (Gráfico 3). O comportamento similar dessa inserção nos três estados indica que, ao menos aparentemente, as mulheres declaradas chefes de domicílio já se deslocam nessa condição, pois seu peso na migração mais recente é praticamente o mesmo de quando se considera a migração durante toda a década. Em outras palavras, esta condição de inserção no domicílio independe do tempo de residência, o que pode refletir um alto grau de autonomia desse tipo de migração feminina. Esta

característica manifesta-se como uma particularidade apenas das mulheres chefes, pois a participação dos homens chefes se comporta conforme o esperado, crescendo com o passar do tempo.

Por meio de tais características, infere-se que tanto a condição de empregada doméstica como a de parentes/agregados variam com o passar do tempo, mostrando ser o tempo de residência uma variável importante para a análise dessas categorias. Para as mulheres chefes, entretanto, o tempo de residência não altera essa possibilidade de inserção: como já referido, aquelas que se inserem como chefes, aparentemente, já migraram nessa condição.

Esse conjunto de informações sugere que uma maior autonomia - pensada como a realização do deslocamento individual -, passa a ser mais factível dentre as mulheres que migraram ainda solteiras e que se colocam como chefes, acrescidas das que se inserem como empregadas domésticas e, eventualmente, parentes e agregadas.

Para discriminar melhor essas considerações agregou-se à análise outra variável, a modalidade da migração realizada por essas mulheres (Tabela 4).

TABELA 4 - Mulheres migrantes recentes, solteiras ao migrar, por modalidade migratória, destino e inserção no domicílio. Estados Selecionados, 1991

Rio de Janeiro											
migração	destino	Condição no domicílio							Total		
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	abs	%	
interestadual	inter-regional	RM-Entorno	3,7	12,6	26,6	19,3	17,8	11,8	8,2	5.456	22,3
		RM-Sede	5,1	12,7	15,0	12,4	16,4	10,4	27,9	17.501	71,4
		UF-RMRJ	8,4	15,9	26,4	14,1	8,6	16,1	10,6	1.551	6,3
	total	5,0	12,9	18,3	14,1	16,2	11,1	22,4	24.508	31,3	
	intra-regional	RM-Entorno	6,7	14,0	28,3	19,1	11,9	9,0	11,0	2.469	20,0
		RM-Sede	7,2	10,3	18,4	11,0	12,4	11,7	29,1	6.386	51,7
UF-RMRJ		7,7	12,3	37,4	10,2	12,4	8,2	11,7	3.488	28,3	
total	7,3	11,6	25,7	12,4	12,3	10,2	20,6	12.343	15,8		
intraestadual	RM-Entorno	11,7	15,9	43,0	9,1	10,5	5,9	3,8	21.623	52,2	
	RM-Sede	10,1	10,4	27,3	8,4	14,6	9,9	19,3	6.575	15,9	
	UF-RMRJ	9,3	15,4	41,4	9,2	11,6	6,2	6,9	13.201	31,9	
	total	10,7	14,9	40,0	9,0	11,5	6,6	7,3	41.399	52,9	
total	8,4	13,7	31,0	11,1	13,1	8,6	14,1	78.250			

São Paulo											
migração	destino	Condição no domicílio							Total		
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	abs	%	
interestadual	inter-regional	RM-Entorno	4,4	17,3	21,4	28,0	15,5	7,1	6,3	31.259	23,1
		RM-Sede	5,4	14,3	13,0	21,5	14,5	8,0	23,4	68.689	50,8
		UF-RMSP	3,4	14,4	39,8	16,3	12,8	6,6	6,9	35.215	26,1
	total	4,6	15,0	21,9	21,6	14,3	7,4	15,2	135.163	39,7	
	intra-regional	RM-Entorno	5,1	17,0	18,0	27,4	17,8	7,1	7,5	6.468	17,5
		RM-Sede	7,0	11,9	10,6	15,6	14,2	7,6	33,1	16.118	43,7
UF-RMSP		6,5	16,4	31,7	16,9	11,2	7,5	9,7	14.321	38,8	
total	6,5	14,5	20,1	18,2	13,7	7,5	19,5	36.907	10,8		
intraestadual	RM-Entorno	9,8	17,1	43,8	12,8	8,1	4,1	4,3	44.943	26,7	
	RM-Sede	13,2	11,8	18,1	12,5	13,6	11,1	19,6	19.339	11,5	
	UF-RMSP	7,2	13,7	52,4	8,7	8,6	5,0	4,4	104.336	61,9	
	total	8,6	14,4	46,2	10,2	9,1	5,4	6,1	168.618	49,5	
total	6,8	14,6	33,7	15,6	11,6	6,4	11,2	340.689			

Pernambuco											
migração	destino	Condição no domicílio							Total		
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	abs	%	
interestadual	inter-regional	RM-Entorno	13,6	5,1	48,2	8,3	12,4	9,5	2,9	1.121	17,2
		RM-Sede	11,7	10,3	49,4	10,6	8,8	3,1	6,1	1.465	22,5
		UF-RMREC	4,1	8,9	64,6	7,1	9,7	3,1	2,4	3.923	60,3
	total	7,5	8,5	58,3	8,1	10,0	4,2	3,3	6.509	10,2	
	intra-regional	RM-Entorno	4,7	7,5	29,2	15,0	15,6	13,1	14,8	1.842	18,6
		RM-Sede	6,2	5,8	22,2	9,9	16,2	13,7	26,1	2.853	28,8
UF-RMREC		3,4	11,2	45,5	7,9	12,2	8,1	11,7	5.199	52,5	
total	4,5	8,9	35,7	9,8	14,0	10,6	16,4	9.894	15,5		
intraestadual	RM-Entorno	7,5	11,1	41,2	10,7	11,8	5,8	11,9	17.986	37,9	
	RM-Sede	7,3	6,9	14,2	12,0	11,9	12,4	35,4	7.823	16,5	
	UF-RMREC	4,6	11,3	48,2	8,4	9,5	6,8	11,2	21.643	45,6	
	total	6,2	10,5	39,9	9,9	10,8	7,3	15,4	47.452	74,3	
total	6,0	10,1	41,2	9,7	11,2	7,5	14,4	63.855			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

A intensidade dos movimentos de mais curta distância, importante característica da migração interna na década de 80, distingue também a migração das mulheres que migraram ainda solteiras nos últimos três anos antes do censo: 74% das migrantes solteiras recentes em PE, e cerca de 50% em São Paulo e Rio de Janeiro, realizaram o último deslocamento dentro dos respectivos estados.

Essa característica, quando observada segundo a posição no domicílio, mostra-se regionalmente distinta. As constatações de Cunha (1994) e Bilac (1997) no sentido de ocorrência de migração familiar mais acentuada nos deslocamentos de curta distância são corroboradas pelas elevadas proporções de filhas nos deslocamentos intraestaduais - acima da média das mulheres que migraram solteiras nos três anos antes do censo quer para o Rio de Janeiro, quer para São Paulo (Tabela 4).

Também as chefes estão mais representadas - ainda que em patamares mais reduzidos - nos movimentos intraestaduais nos estados do Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro. Entretanto, é interessante verificar que, em Pernambuco, as chefes apresentam maior peso relativo nas migrações inter-regionais, o que aponta os estados do Sudeste como prováveis origens de maior movimentação de mulheres declaradas chefes de domicílio numa possível migração de retorno.

A combinação de emprego doméstico e moradia num mesmo domicílio também assinala diferenças regionais no que diz respeito à modalidade migratória (Tabela 4). É por meio da migração inter-regional que essa força de trabalho chega ao Rio de Janeiro (22%) e São Paulo (15%), num quadro que configura existência de maior disponibilidade dessa mão de obra no Nordeste apesar de, nesse último estado, a maior incidência relativa se originar da própria região Sudeste. Já para Pernambuco, a maior participação relativa das mulheres que migram solteiras e são empregadas domésticas residentes no emprego tem origens na própria região ou em municípios do próprio estado (16% e 15%, respectivamente).

Assim como a participação das diversas posições no domicílio por parte das mulheres que migraram solteiras difere por tipo de movimento realizado, também as áreas de destino -se a região metropolitana, sua sede ou entorno, ou o interior do estado- relacionam-se com a intensidade dessa participação. Como abordado anteriormente, a sede da área metropolitana é a direção preferencial dos deslocamentos com forte presença feminina. Para lá se deslocariam de forma mais autônoma as mulheres em busca de melhores condições de trabalho e/ou estudo: por serem espaços onde vive a população com maior poder aquisitivo ou que mais demanda o serviço doméstico (até porque estariam nas sedes as maiores proporções de famílias onde as mulheres trabalham fora e, portanto, precisam de alguém

para suprir a necessidade dessas tarefas), é também nas sedes que se espera encontrar os maiores percentuais de empregadas domésticas (JACQUET, 2000; BAENINGER, 1998).

Para os três estados, a sede foge ao padrão no que diz respeito à incidência das diversas posições na família. De forma geral, a sede apresenta menor percentual de filhas, quase a metade em relação às outras duas áreas, e maior peso de parentes e agregados. É mais reduzida a presença de cônjuges e bastante elevada a de empregadas domésticas. Efetivamente, a tabela 4 confirma essa afluência porque, à exceção da migração interestadual em Pernambuco, praticamente, todas as outras situações discriminadas têm valores entre 25 e 35% das mulheres que migraram solteiras para a sede, assim, inserindo-se como empregadas no domicílio em que residem. Os dados sugerem, portanto, que a sede é o polo de atração da migração feminina com maior grau de autonomia familiar.

Entretanto, a posição de chefia, supondo correta a hipótese aventada anteriormente de migração mais independente, questiona a sede como destino prioritário das mulheres que fazem sua migração de forma mais individual: como explicar a menor proporção de chefes nessa área?

Referenciar a chefia mais reduzida na sede da região metropolitana à questão econômica pode elucidar pelo menos parte dessa questão. Sendo o custo da moradia nas áreas centrais maior que nas periferias das grandes cidades, é razoável supor que parte das mulheres chefes resida nos municípios em torno das sedes das regiões metropolitanas, mesmo que isso implique em deslocamentos diários para o local de trabalho.

CONCLUSÕES

Na expectativa de contribuir para esclarecer aspectos sobre a migração feminina, este trabalho, longe de esgotar as possibilidades de estudo atinentes ao tema, espera suscitar maior interesse quanto a essa questão.

Os resultados apontados mostram a existência de migração feminina dentre as migrantes solteiras mais desvinculada da ideia de movimento familiar. Apesar de, nos deslocamentos das mulheres, a migração familiar ser mais expressiva, a migração independente não é

irrelevante e pode ser tratada como fato social. Efetivamente, os dados ratificam várias suposições a respeito da migração familiar sem, entretanto, findar as indagações acerca do conhecimento da movimentação interna das mulheres brasileiras.

Nas várias dimensões da análise possibilitada pelos dados, pode-se constatar indícios de migração mais independentes em função do recorte utilizado. Assim, sob o ponto de vista da inserção no domicílio, essa característica pode ser percebida especialmente nos grupos das empregadas domésticas e das chefes. Em relação às modalidades migratórias, as indicações de movimentos mais independentes nos movimentos inter-regionais são encontradas por parte das empregadas domésticas em direção ao Sudeste, além das chefes e das filhas de chefes não migrantes em Pernambuco, bem como os deslocamentos interestaduais, para as chefes nos estados do Sudeste e para as empregadas domésticas em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores na migração recente-Brasil, 1980-1996*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000. (Textos NEPO 35).
- _____. Juventude e movimentos migratórios no Brasil. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v.1. p.21-70.
- BERQUÓ, E.; OLIVEIRA, M. C.; CAVENAGHI, S. Arranjos familiares não canônicos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1990, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990. v.1. p.99-135.
- BILAC, E. D. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. et al. (Org.). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.177-260.
- BILSBORROW, R. E. Issues in the measurement of female migration in developing countries. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. *Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration*. New York: United Nations, 1993.
- BRUSCHINI, M. C. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 a 1995). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP/NEPO/ UNICAMP, 1998.
- CHAVES, M.F.G. *Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração feminina no Brasil: 1981/1991*. 2009. Tese (Doutorado em Demografia)

– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CUNHA, J. M. P. *Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. 1994. 300f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CUNHA, J. M. P. ; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.117-167.

JACQUET, C. Projetos matrimoniais e escolhas migratórias: o caso das empregadas domésticas de Fortaleza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000. v.1. Disponível em www.abep.org.br, 2000.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.15, n.1, p.125-132, jan./jun.1998.

PATARRA, N.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). *Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.1-43.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980-1993*. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.25-52.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração (1885). In: MOURA, H. A. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. Tomo 1. p.19-88.